



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO

PROJETO DE LEI N.º 104, DE 2007

Dispõe sobre a substituição de professores, jornada extraclasse e regulamenta dispositivos do Plano do Magistério do Município de Indianópolis, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador Roberto Dias da Silva

I RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 104, de 2007, apresentado pelo Prefeito Municipal, dispõe sobre a substituição de professores, jornada extraclasse e regulamenta dispositivos do Plano do Magistério do Município de Indianópolis.

É constituído de três capítulos, com o seguinte conteúdo:

No primeiro capítulo (arts. 1º e 2º), o projeto trata da substituição de professor, quando este servidor achar-se impossibilitado momentaneamente de ministrar aula em determinada data. Estabelece os critérios para autorizar a substituição.

Esse capítulo prevê, ainda, que 1/3 da jornada de trabalho extraclasse (Módulo II) deve ser cumprido na escola. A participação dos professores em reuniões de interesse da escola e do Município passa a ser obrigatória.



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



O capítulo segundo (arts. 3º ao 6º) trata da escolha e nomeação para exercício dos cargos de diretor e vice-diretor de escola municipal.

Já o terceiro e último capítulo (arts. 7º ao 9º) dispõe que, após cada cinco anos de efetivo exercício de cargo de provimento efetivo, o professor estável poderá afastar-se do exercício do cargo, com a respectiva remuneração, por até três meses, parceladas ou não.

Esse capítulo estatui, ainda, as hipóteses em que as férias-prêmio poderão ser convertidas em pecúnia.

Prevê, por fim, que o tempo de serviço prestado no mês de janeiro por professor contratado, mesmo que fora do período letivo, será computado como tempo de serviço.

O art. 9º contém as cláusulas de vigência e revogação.

O projeto recebeu substitutivo, proposto pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No último dia 12 de março, esse projeto foi distribuído a esta Comissão de Serviços Públicos para, nos termos do art. 40 c/c o art. 62, do Regimento Interno, receber parecer quanto ao mérito da matéria.

Este é o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em debate tem o mérito de aperfeiçoar a legislação municipal concernente à gestão de pessoal do quadro da educação.

Em primeiro lugar, disciplina a substituição de professor, nos casos não previstos na legislação vigente, e a jornada de trabalho dos docentes.



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



Em primeiro lugar, disciplina a substituição de professor, nos casos não previstos na legislação vigente, e a jornada de trabalho dos docentes.

Estabelece, com acerto, que pelo 1/3 da jornada de trabalho deve ser prestada na escola em que o docente está lotado. E inclui nas atividades complementares, denominadas de Módulo II, a participação em reuniões de interesse da escola e do Município.

Essas exigências compatibilizam-se com o disposto na Resolução n.º 3, de 8 de outubro de 1997, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, que, no inciso IV, do seu art. 6º, considera como horas de atividades complementares aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à coloração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola.

Quanto aos critérios para escolha e nomeação de diretor e vice-diretor de escola municipal, o projeto, com a redação dada pelo Substitutivo n.º 1, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, traz regras que harmonizam-se com a legislação municipal, mormente o Plano Decenal Municipal de Educação, Lei Municipal n.º 1.512, de 8 de novembro de 2006.

O projeto altera, ainda, a forma de aquisição e gozo da licença-prêmio. Há que salientar que a normatização proposta tem teor idêntico ao da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município n.º 4, de 2007, em tramitação nesta Casa.

Os critérios alvitados, de certa forma, são melhores dos que os vigentes, porque proporcionam ao gestor parâmetros objetivos para conceder férias-prêmio ou converter esta licença em pecúnia. Mas a mudança mais relevante foi a de possibilitar a aquisição das férias-



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



prêmio de até três meses, a cada período de cinco anos de serviço público municipal, que poderá ser gozada de uma só vez ou em parcelas.

É oportuno reiterar, por fim, orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, de que a votação desse projeto deve aguardar à da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município n.º 4, de 2007, por disciplinar matéria contemplada nesta proposta, qual seja: a concessão de licença-prêmio.

III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do Relator e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 104, de 2007, na forma do Substitutivo n.º 1, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2007.

ROBERTO DIAS DA SILVA
Relator

LUCIANO JOSÉ DE MIRANDA
Presidente

ANIDSON GABRIEL DA SILVA
Membro

Aprovado em 19/03/07
por unanimidade